

O Brasil dos bancos

Livro analisa a história bancária do país nos últimos 200 anos

Foto: Antoninho Perri



O economista Fernando Nogueira da Costa: sistema bancário pode contribuir para consolidar a democracia e ampliar a justiça social

MANUEL ALVES FILHO
manuel@reitoria.unicamp.br

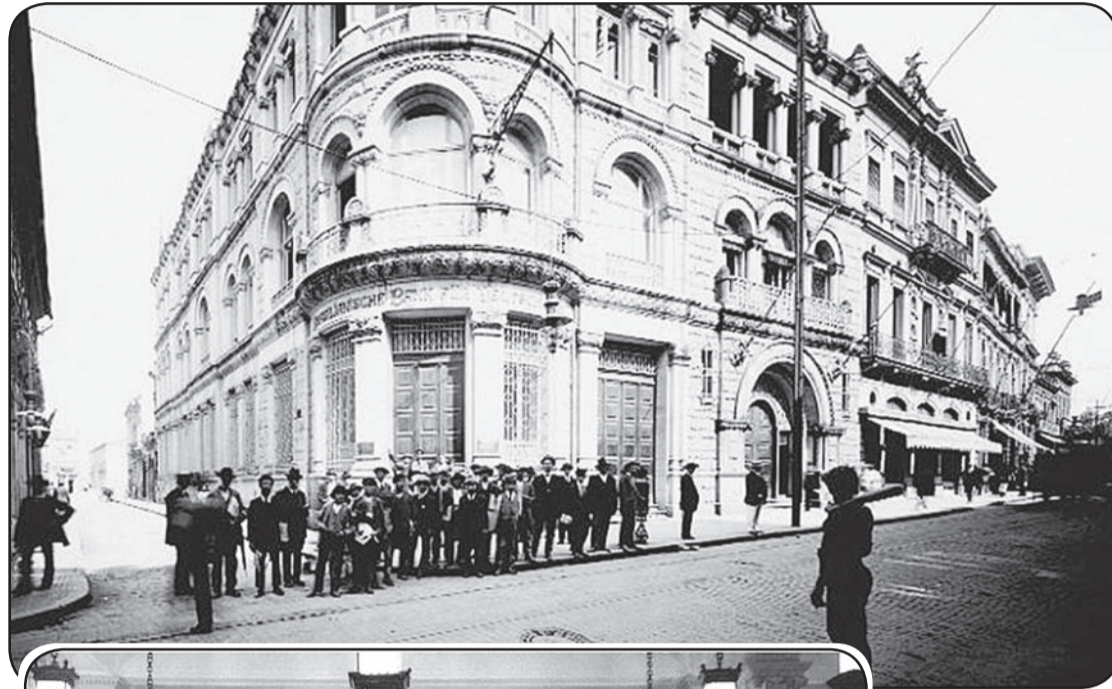
O sistema bancário do Brasil pode contribuir para consolidar a democracia, ampliar a justiça social e melhorar a qualidade de vida da população, desde que saiba aproveitar as perspectivas de negócios que se apresentam, “crescendo junto com a mobilidade social de seus clientes”. A avaliação, que pode causar estranheza àqueles que enxergam os banqueiros como a encarnação do demônio, é defendida no recente livro do professor Fernando Nogueira da Costa, do Instituto de Economia (IE) da Unicamp. Intitulada *Brasil dos Bancos*, a obra, editada pela Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), faz uma análise profunda e inédita da história bancária do país nos últimos 200 anos, sustentada em estudos desenvolvidos ao longo de quase 30 anos de carreira acadêmica do autor. Carreira que, registre-se, continua em franca produção. “Minha próxima pesquisa, que já está em andamento, pois recebi bolsa de pesquisa do IPEA [Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada], tratará do papel do BNDES [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social] no financiamento da infraestrutura nacional”, avisa o economista.

Para conduzir a pesquisa que deu origem ao livro, Fernando Costa recorreu a documentos oficiais, notícias de jornais, bibliografia especializada, mas também à sua experiência como vice-presidente de Finanças da Caixa Econômica Federal (CEF) e diretor da Federação Brasileira de Bancos (Febrab), no período janeiro de 2003 a junho de 2007. De acordo com o docente do IE, seu objetivo foi fazer uma recuperação histórica da atuação das instituições bancárias, desde a fundação do Banco do Brasil, em 1808, até os dias que correm. “Também me preocupei em abordar a questão das funções socioeconômicas dos bancos, bem como em analisar as perspectivas de negócios do setor no contexto de uma sociedade democrática e com menor desigualdade social”, informa.

Em relação a essas oportunidades, Fernando Costa conta ter relacionado quatro áreas prioritárias para investimento dos bancos. A primeira é constituída pelo crédito rural, segmento no qual o Banco do Brasil tem desempenhado papel histórico, respondendo sozinho por cerca de 60% do financiamento à produção agrícola que propiciou o País se tornar o maior exportador de alimentos do mundo. “O desafio, agora, é fazer o seguro rural, que no meu entender é melhor forma de subsídio social que o recorrente perdão de dívida agrícola. Ele evita prejuízos, por exemplo, com acidentes climáticos. Outro ponto é o uso de derivativos do mercado futuro, para enfrentar o risco da oscilação de preços do mercado”, defende o autor do livro.

O segundo foco de investimento elencado pelo economista é o crédito imobiliário, cujo mercado é dominado pela Caixa. “A grande oportunidade de negócio nessa área, no meu entender, é a chamada urbanização de favelas. É preciso que o Brasil faça como outros países fizeram com as autoconstruções. Na Europa, cidades como Paris, Londres e Napoli também tiveram favelas no passado. Ocorre que elas foram urbanizadas e integradas às cidades. É preciso conceder crédito imobiliário às pessoas, para que essas comunidades sejam revitalizadas, a partir de um planejamento urbano delineado pelo Estado. Transformadas em bairros populares, e integradas às cidades brasileiras, estas deixam de ser partidas”. Fernando Costa adverte, porém, que o crédito imobiliário voltado ao mercado de classe média precisa ser securitizado. Ou seja, precisa ser transformado em títulos financeiros a serem vendidos a investidores institucionais, particularmente os fundos de pensão, que fazem investimentos em longo prazo.

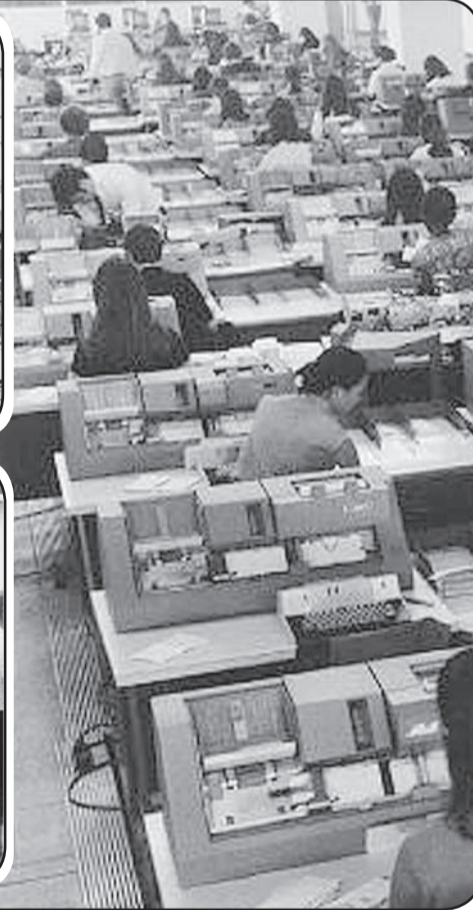
A terceira perspectiva de negócio indicada por Fernando Costa refere-se ao financiamento do consumo. Segundo o docente do IE, é preciso dar seguimento à inclusão social e consequente ampliação do mercado de consumo brasileiro, que se tornou o quinto maior mercado nacional do mundo, ficando atrás



Fotos: Febrabam/Reprodução



Fotos mostram funcionários, aspectos e transformações de bancos ao longo do século 20: pesquisa reúne documentos, notícias e bibliografia especializada



somente dos Estados Unidos, China, Japão e Índia. “Temos que atrair capital para criar investimentos e empregos, de modo a promover cada vez mais a inclusão de novas fatias da população no mercado consumidor”, diz.

INSERÇÃO

O quarto e último filão, conforme o economista, está na inserção da economia brasileira no mundo. “Historicamente, essa introdução tem sido feita pelos bancos estrangeiros, que lidam com câmbio e financiamento externo. Penso que é chegado o momento de os bancos brasileiros ganharem escala e promoverem, eles mesmos, essa internacionalização. Com a moeda brasileira apreciada recentemente, tivemos oportunidade de ganhar maior competitividade bancária no plano global”, acredita.

Esses quatro movimentos, observa Fernando Costa, tendem a ser coroados pelo momento histórico e social vivido atualmente pelo Brasil. Ele assinala que o país tem experimentado o que os especialistas classificam de bônus demográfico. Em outras palavras, está em curso um processo no qual a popu-

lação economicamente ativa se torna maior do que a inativa. Isso se deve, entre outros fatores, à redução da taxa de fecundidade das mulheres e ao crescente ingresso delas no mercado de trabalho. Com isso, a renda das famílias tem crescido e a despesa, caído. “O resultado dessa equação é a eventual sobra de dinheiro para que as pessoas apliquem, por exemplo, em previdência complementar, visto que a Previdência Social não dará conta de responder às necessidades da população com maior longevidade. Penso que temos uma oportunidade histórica de proporcionarmos um salto na qualidade de vida dos brasileiros, possivelmente maior do que o registrado na era desenvolvimentista, entre 1950 e 1980”, imagina.

Além desses pontos, Costa também aborda outros temas igualmente instigantes no livro, como a concentração bancária, intensificada nos últimos anos através de aquisições e fusões. O economista estudou diferentes casos de instituições que atuam no mercado de varejo, principalmente Real, Unibanco, Bradesco, Itaú e Safra, que juntos constituem a sigla “RUBIS”, cunhada por ele para exem-

plificar a trajetória dessas marcas, que são consideradas vencedoras ou “joias da coroa”. “Esses bancos privados nacionais fizeram inovações financeiras e tecnológicas cruciais para o setor. Além disso, também contribuíram para popularizar os serviços bancários, em conjunto com o Banco do Brasil, a Caixa e os bancos estaduais”, diz.

Conforme o autor do livro, a concentração está no DNA dos bancos. Ele esclarece que, em razão da forte competição, os grupos familiares perdem, em dado momento, a capacidade de capitalizar o negócio. Assim, o caminho natural passa a ser a venda ou a incorporação a instituições maiores. “Isso é benéfico particularmente para o banco comprador, que amplia de forma importante a carteira de clientes, mas corta todos os custos duplicados. Ou seja, o segredo está na economia de escala. Quanto mais clientes, mais depósitos, internalização do multiplicador monetário, cobrança de taxas de juros e tarifas de prestação de serviços bancários”, pormenoriza Fernando Costa. Na opinião do docente da Unicamp, é uma ingenuidade ser contra a concentração. “O processo tende a tornar os bancos mais fortes. E, cá entre nós, todos queremos manter nosso dinheiro em instituições classificadas como grandes demais para quebrar”.

Questionado sobre o problema da fiscalização do setor bancário, Fernando Costa afirma que não é possível fazer críticas fáceis ao Banco Central (BC) quando ocorrem fraudes ou “embonecamento” de balanços. “Não dá para culpar o BC por esses casos. Seria o mesmo que culpar a Polícia pelos crimes. A culpa do crime é do criminoso. Obviamente, cabe ao BC fiscalizar e punir quem comete crimes financeiros, popularmente conhecidos como crimes do colarinho branco. Há casos, porém, em que as irregularidades vão além de manipulações e maquiagens contábeis. São inovações financeiras que não podem ser coibidas pelos mecanismos de controle conhecidos. O que aconteceu com o Banco Panamericano é um exemplo de caso de polícia. Segundo informações da imprensa, diretores deixaram a sede do banco com os porta-malas dos carros cheios de dinheiro”.

Fernando Costa lembra, por fim, que o sistema bancário não é formado somente pelas instituições do setor. “O sistema bancário é constituído por todos nós. Apenas as pessoas que são economicamente inativas não mantêm relação com as instituições financeiras. Todos os demais recebem seus salários, guardam suas economias e fazem seus pagamentos através dos bancos. É preciso que tenhamos essa consciência. Por prestarem um serviço público, que é uma concessão do governo, os bancos precisam prestar contas à sociedade. São grandes corporações que lidam com um bem público: a moeda oficial, símbolo da soberania nacional. Eles devem ser bem fiscalizados, pois trabalham com recursos de terceiros. É por isso que os bancos grandes não podem quebrar. Eles são um elo muito importante do sistema econômico nacional, responsável pela guarda das economias populares”.

O docente da Unicamp assinala, porém, que dizer que há bancos grandes demais para quebrar não é o mesmo que dizer que os banqueiros não possam falir. “São coisas distintas: salvar o banco e desapropriar o banqueiro”, assevera. A apresentação de *Brasil dos Bancos* é feita pela economista Maria da Conceição Tavares, professora de Fernando Costa no mestrado e no doutorado, ambos feitos na Unicamp. Acerca do autor, ela escreveu o seguinte: “Não posso deixar de me regozijar com a produtividade e a coerência de sua vida acadêmica e com a sua militância esclarecida contra a desnacionalização e a privatização dos bancos públicos”.

Serviço

Título: Brasil dos Bancos
Autor: Fernando Nogueira da Costa
Editora: Edusp
Páginas: 532
Preço: R\$ 74,00